



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
ORÇAMENTO EMPRESARIAL
BANCO DO BRASIL S/A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2019

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
ORÇAMENTO EMPRESARIAL
BANCO DO BRASIL S/A

MÓDULO 05

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – PROF. DANILO MORAIS DOVAL

GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS – PROF. DANILO MORAIS
DOVAL

ESTUDANTES:

JOSÉ AUGUSTO GRASSI, RA 1012019100258

FELIPE MARCONDES PAIOLETI, RA 1012019100342

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2019

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA.....	3
3. PROJETO INTEGRADO.....	6
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS	6
3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	7
3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL	9
3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS.....	14
3.2.1 LUCRO REAL	14
3.2.2 LUCRO PRESUMIDO	17
3.2.3 SIMPLES NACIONAL.....	18
4. CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

Analisa-se neste Projeto Integrado números, possibilidades e variáveis do orçamento empresarial referente ao quarto trimestre, do Banco do Brasil S/A, em seu Regime Tributário de Lucro Real.

O nosso objetivo é entender mais sobre as empresas de capital aberto e seus orçamentos a fim de complementar nossos estudos em Gestão Orçamentária e Gestão Estratégicas de Tributos. As empresas de Capital Aberto devem por juízo fornecer informações para a sociedade para fins de demonstração aos seus associados ou futuros.

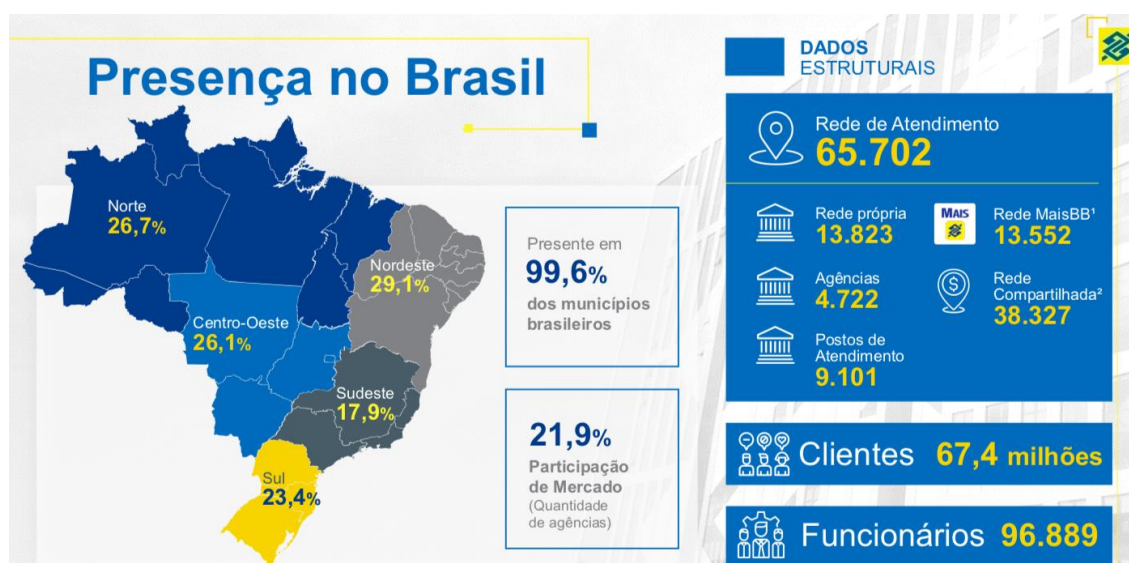
Entenderemos a formação orçamentária, suas projeções e seus objetivos, visto na unidade de Gestão Orçamentária, o que nos permite analisar como é realizado o Lucro Real neste tipo de orçamento e o porquê da escolha, visto na unidade de Gestão Estratégica de Tributos.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Elabora-se o Projeto Integrado sobre o Banco do Brasil S/A, tendo códigos de Negociação na Bolsa de Valores, BRAS11, BBAS12 e BBAS3, CNPJ de número 00.000.000/0001-91, tendo como atividade principal Banco Múltiplo, sua Classificação Setorial: Financeiro, Intermediários Financeiros e Bancos, seus contatos devem ser retirados pelo sitio: www.bb.com.br e o Regime Tributário que a empresa utiliza como Estratégia é o de Lucro Real.

O Banco do Brasil foi fundado em 1808, tendo hoje como diversificação de negócios: Serviços Bancários; Seguridade; Mercado de Capitais; Administração de Terceiros; Cartões e; Franquia de Atendimento no Exterior, sendo uma das lideranças no mercado financeiro, tendo um sólido Desempenho Financeiro e uma Base de Captação diversificada e estável. Podemos ver na Figura 1, que o Banco do Brasil este presente em 99,6% dos municípios brasileiros tendo um total de 21,9% de Participação de Mercado. No Mundo, desde 1941, este presente em 17 países e 875 bancos correspondentes em 107 países, como visto na Figura 2. (BANCO DO BRASIL, 2019)

Figura 1: Presença no Brasil



Fonte: BANCO DO BRASIL, 2019

Figura 2: Presença Global

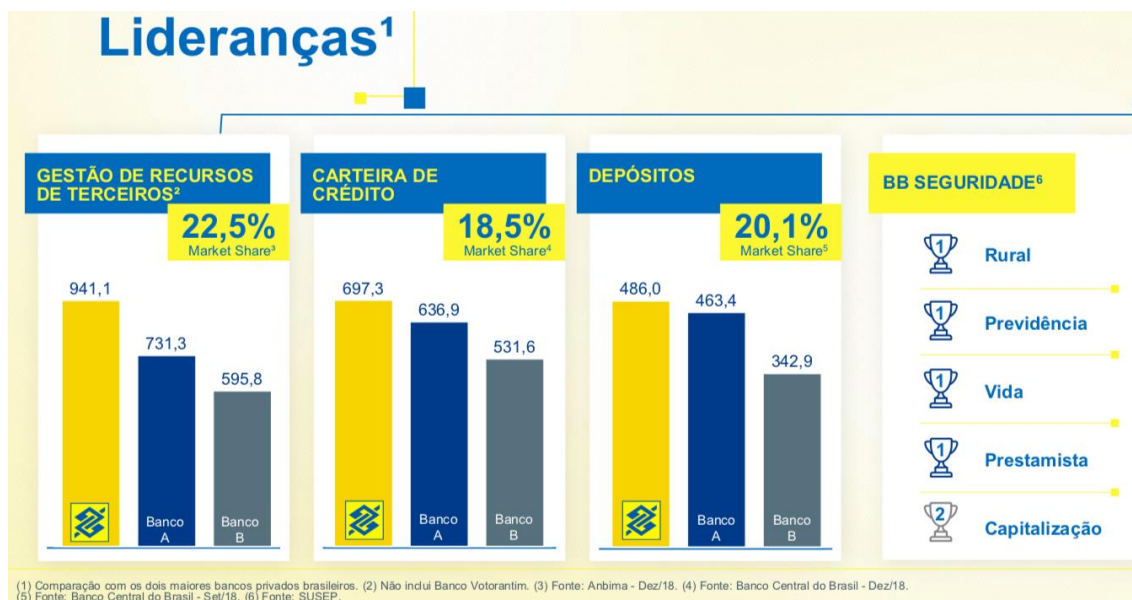


Fonte: BANCO DO BRASIL, 2019

O Banco do Brasil é a primeira empresa listada em bolsa de valores do Brasil, no ano passo (objeto análise deste Projeto Integrado), foram distribuídos R\$ 5,2 Bilhões, corresponde à 52,2% das ações da União Federal, sendo 24,2% da Capital no País e 23,6% de Capital Estrangeiro, num total de 2.785.530.724 ações. (BANCO DO BRASIL, 2019)

Podemos observar na Figura 3, que o Banco do Brasil é líder em 7 frentes segundo comparação aos dois maiores bancos do Brasil, essas frentes são: Gestão de Recursos de Terceiros; Carteira de Crédito; Depósitos; Seguridade Rural, Seguridade de Previdência; Seguridade de Vida e Seguridade de Prestamista.

Figura 3 – Lideranças



Fonte: BANCO DO BRASIL, 2019

O Banco do Brasil obteve um crescimento de 22,2% em 2018 de seu Lucro Líquido, e por estas informações apresentadas como a importância da empresa para o Brasil que justificamos a escolha do Banco do Brasil para ser o campo de pesquisa deste Projeto Integrado.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O mundo corporativo é administrado pelas rápidas e constantes mudanças. Ter como base uma gestão orçamentária faz toda diferença dentro de uma empresa, é possível avaliar e criar projeções sobre o futuro da empresa e assim buscar uma evolução no mercado.

A elaboração e aplicação do orçamento são fundamentais para a sobrevivência e gestão da empresa, além de estabelecer um limite para o uso financeiro, facilita a coordenação de projetos, contribui para margens de negociação em fornecedores, avalia reduções de custos, faz uma estimativa dos lucros da empresa e assim analisar uma prévia da saúde da empresa no mercado.

Segundo (SOUSA JUNIOR, 2019, p. 15) “O Orçamento fundamentalmente serve como importante balizador na verificação acompanhamento e análise dos gastos realizados pela empresa periodicamente sobretudo no objetivo de cumprir as metas orçamentárias pré-estabelecidas. Contudo, um orçamento bem elaborado nas mãos de um gestor qualificado torna-se um importante e eficaz ferramenta de gestão corporativa.”

Há uma necessidade de envolver todas áreas da organização que necessitam do recurso financeiro, para isso pode ser criado o comitê de orçamento, com a finalidade de analisar a situação do ano seguinte da empresa, inclui a análise de custos e orçamentos para cada área, sempre alinhando o plano estratégico da empresa com a peça orçamentária. Também se inclui na análise diretrizes, objetivos, metas e indicadores previamente definidos pela organização.

3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS

Para complementar o planejamento da empresa, construir um orçamento de vendas indica o ponto de partida para a organização, com base no orçamento, é feita a definição do volume de vendas.

Para Frezatti (2006) a construção do Orçamento de Vendas deve considerar as metas previamente definidas, a atuação da equipe de vendas, e a forma como o Orçamento de Vendas está vinculado ao Planejamento Estratégico. No mercado de atuação, toda empresa

comercializa ou vende seus produtos em um total suficiente para cobrir seus custos e despesas, assim, gerando mais lucro e potencializando novos investimentos.

Uma das projeções realizadas pelo Banco do Brasil S/A é a Projeção de resultados futuros para a realização de ativos relativos a créditos tributários. As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

É natural uma empresa ter despesas com suas atividades rotineiras e também despesas operacionais que façam atingir metas de crescimento. Diversas são as classificações de despesas: operacionais, vendas, financeiras, estimativa de perda, entre outras. O orçamento destas despesas se faz estritamente necessário para pode cumprir com o planejamento da empresa.

(SOUSA JUNIOR, 2019, p. 92) Orçar as Despesas Operacionais de uma empresa é projetar todas as despesas dos setores administrativo, financeiro e vendas, além dos tributos e despesas financeiras incidentes sobre as operações produtivas e, sobretudo; nas vendas dos produtos e ou na prestação os serviços. Neste sentido, há que se elaborar o Orçamento das Despesas Operacionais de cada setor envolvido e, posteriormente; integra-los numa única peça

O Banco do Brasil sendo utilizado como base neste estudo tem suas informações de comparativo de despesas pessoais. As despesas de pessoal aumentaram 2,7% na comparação 9M18/9M17, impactadas pelas despesas com provisões para o pagamento do 13º salário e benefícios. No comparativo 3T18 com o trimestre anterior, houve variação negativa dos proventos motivada pela reversão do excedente de provisões do eSocial, pelo pagamento da primeira parcela do 13º salário em abril/2018 e alteração de contabilização do Programa de Desempenho Gratificado (PDG).

Tabela 1: Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo 9 Meses		Var. (%)
	3T17	2T18	3T18	3T17	2T18	9M17	9M18	9M17
Despesas de Pessoal	(4.679)	(5.034)	(4.765)	1,8	(5,3)	(14.173)	(14.551)	2,7
Proventos	(2.196)	(2.626)	(2.241)	2,1	(14,7)	(6.986)	(7.061)	1,1
Encargos Sociais	(763)	(800)	(766)	0,4	(4,3)	(2.314)	(2.319)	0,2
Benefícios	(735)	(746)	(748)	1,7	0,2	(2.262)	(2.268)	0,2
Provisões Administrativas de Pessoal	(756)	(824)	(779)	3,1	24,7	(1.930)	(2.212)	14,6
Previdência Complementar	(202)	(207)	(204)	1,4	(1,4)	(608)	(613)	0,9
Honorários de Diretores e Conselheiros	(11)	(13)	(11)	3,9	(13,7)	(33)	(35)	7,0
Treinamento	(17)	(17)	(16)	(5,2)	(3,0)	(39)	(43)	8,5

Fonte: (SOUSA JUNIOR, 2019)

Tabela 2: Perfil dos Colaboradores

	Set/17	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18
Gênero	99.305	99.161	97.981	97.675	97.232
Feminino	41.110	41.044	40.576	40.475	40.324
Masculino	58.195	58.117	57.405	57.200	56.908
Escolaridade					
Ensino Médio	17.823	17.533	16.404	15.901	15.274
Graduação	41.646	41.073	40.408	39.957	39.450
Especialização, Mestrado e Doutorado	39.630	40.354	40.977	41.627	42.318
Demais	206	201	192	190	190
Cargo					
Gerencial	32.401	32.203	32.957	32.655	32.677
Técnico	4.128	4.110	4.112	4.105	4.215
Assessoria	7.741	7.745	7.691	7.710	7.692
Operacional ¹	55.035	55.103	53.221	53.205	52.648
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,3	0,3	1,2	0,3	0,4
Estagiários	1.920	2.086	1.926	1.911	2.021

1- Série revista com a reclassificação da Categoria Outros para a Categoria Operacional.

Fonte: (SOUSA JUNIOR, 2019)

Em outras despesas administrativas, o comparativo 9M18/9M17, reduziram 2,0%, resultado, principalmente, das ações de eficiência com renegociações de contratos de imóveis e redução nos serviços de segurança e transporte com a desativação de terminais de autoatendimento e encerramento de agências. A linha de publicidade e relações públicas houve variação devido às ações de patrocínio de eventos e campanha institucional.

Tabela 3: Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo 9 Meses		Var. (%)
	3T17	2T18	3T18	3T17	2T18	9M17	9M18	9M17
Outras Despesas Administrativas	(3.236)	(3.036)	(3.150)	(2,7)	3,8	(9.380)	(9.194)	(2,0)
Imóveis e Bens de Uso ¹	(681)	(634)	(660)	(3,1)	4,1	(2.109)	(1.939)	(8,1)
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(607)	(514)	(532)	(12,5)	3,5	(1.720)	(1.590)	(7,6)
Serviços de Terceiros	(514)	(509)	(499)	(2,9)	(1,9)	(1.487)	(1.484)	(0,2)
Comunicação e Processamento de Dados	(463)	(466)	(445)	(4,0)	(4,6)	(1.448)	(1.393)	(3,8)
Amortização e Depreciação	(361)	(370)	(376)	4,4	1,8	(1.068)	(1.112)	4,2
Publicidade e Relações Públicas	(165)	(143)	(157)	(4,8)	10,0	(345)	(399)	15,6
Demais Despesas Administrativas	(444)	(401)	(480)	8,1	19,9	(1.203)	(1.277)	6,1

1- Inclui despesas com seguro patrimonial.

Fonte: (SOUSA JUNIOR, 2019)

Com a consolidação das despesas: administrativas, comerciais, tributárias e financeiras se faz o orçamento das despesas operacionais, sendo possível reduzir custos, alinhar com objetivo e projeto da empresa.

3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Analisa-se o Demonstrativo do Resultado do Exercício do Banco do Brasil segundo documento apresentado pelo banco em seu sitio eletrônico, fazendo menção ao triênio 2016/2017/2018 segundo a Tabela 1 a seguir.

Utiliza-se como empresa o Banco do Brasil, por se tratar uma instituição financeira o a Receita segundo o DRE é dividido em 2, Receita de Juros e Receita não Juros. Realizaremos a análise vertical e horizontal dos Resultados e Líquido e também das Despesas e Impostos, por meio de tabela auxiliar ao DRE apresentado pela empresa, facilitando a visualização dos dados.

Por meio da análise pretende-se entender se houve algum equívoco/fator externo que contribuiu para o aumento ou diminuição dos Resultados. Obtém-se uma análise construtiva utilizando dados macroeconômicos por se tratar de uma empresa com âmbitos nacionais e internacionais.

Tabela 4: Demonstrativo do Resultado do Exercício Triênio 2016/2017/2018

	Nota	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2016
Receitas de juros		120.250.344	147.064.451	176.247.767
Despesas de juros		(69.536.974)	(92.860.332)	(116.860.997)
Receita líquida de juros	[8]	50.713.370	54.204.119	59.386.770
Reversão de provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras		N/A	-	13.867
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	[24]	N/A	(22.864.367)	(28.420.155)
Perda líquida esperada com:		(12.623.851)	N/A	N/A
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	(12.523)	N/A	N/A
Empréstimos a clientes	[24]	(12.462.801)	N/A	N/A
Outros ativos financeiros	[19],[21],[22],[39]	(148.527)	N/A	N/A
Receita líquida de juros após provisão para perdas		38.089.519	31.339.752	30.980.482
Receitas não de juros		33.978.144	31.756.626	31.250.309
Receita líquida de tarifas e comissões	[9]	21.981.863	20.943.445	19.444.242
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[10]	1.055.654	44.178	(1.841.157)
Ao valor justo por meio do resultado		650.202	(427.696)	(1.969.220)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		405.452	N/A	N/A
Disponíveis para venda		N/A	471.874	128.063
Ganhos líquidos em coligadas e <i>joint ventures</i>	[26]	3.538.318	3.750.978	3.959.882
Ganhos/(Perdas) líquidas em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	[11]	(1.977.900)	(214.292)	2.669.954
Outras receitas operacionais	[12]	9.380.209	7.232.317	7.017.388
Despesas não de juros		(51.653.464)	(47.165.917)	(51.340.364)
Despesas com pessoal	[13]	(21.092.621)	(20.560.025)	(22.615.509)
Despesas administrativas	[14]	(9.381.031)	(9.282.288)	(8.948.301)
Contribuições, taxas e outros impostos		(5.076.848)	(5.482.208)	(5.659.758)
Amortização de ativos intangíveis	[29]	(1.856.281)	(2.416.403)	(2.607.135)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	(5.437.673)	(2.832.984)	(3.011.849)
Depreciação	[28]	(1.195.908)	(1.162.822)	(1.149.168)
Outras despesas operacionais	[12]	(7.613.122)	(5.429.187)	(7.348.644)
Lucro antes dos impostos		20.414.199	15.930.461	10.890.427
Impostos	[36]	(5.328.098)	(3.655.158)	(2.230.850)
Correntes		(3.304.217)	(3.290.685)	(6.635.568)
Diferidos		(2.023.881)	(364.473)	4.404.718
Lucro líquido do período		15.086.101	12.275.303	8.659.577
Atribuível aos acionistas controladores		13.825.994	10.628.794	7.027.281
Atribuível às participações de acionistas não controladores		1.260.107	1.646.509	1.632.296
Lucro por ação				
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		4,96	3,82	2,52
Média ponderada das ações em circulação – básico e diluído		2.785.290.260	2.784.905.261	2.787.552.822

Fonte: BANCO DO BRASIL, 2019

Observa-se no DRE acima apresentado que houve variação nos valores ao decorrer dos anos e conseqüentemente o Lucro por ação, o que envolve diretamente os investimentos que a empresa pretende fazer como planejado nos próximos anos.

Na Tabela 5 a seguir estaremos analisando os valores como Resultado e Líquido.

Tabela 5: Análise do DRE sobre os Resultados e Líquidos

	2016	2017	2018	+/- Média %
--	------	------	------	-------------

Receita de Juros	176.247.767	147.064.451	120.250.344	- 18%
Receita não juros	31.250.309	31.756.626	33.978.144	+ 3,5%
MÉDIA DAS RECEITAS	103.749.038	89.410.538	77.114.244	- 13%
TOTAL RECEITA	207.498.076	178.821.077	154.228.488	- 13%
Lucro Antes dos Impostos	10.890.427	15.930.461	20.414.199	+ 26%
Lucro Líquido do Período	8.659.577	12.275.303	15.086.101	+ 24%
ACUMULADO LL	8.659.577	20.934.880	36.020.981	

a) Análise Horizontal – Resultados e Líquidos

Observa-se que as Receitas têm variações diferentes uma da outra, as Receitas referentes a Juros, compostas pelos juros pagos pelos clientes do banco por empréstimos e financiamentos, há uma queda de 18% em média entre os anos. Já as Receitas referentes a Não Juros, composta por comissões, coligadas, joint ventures, operações de câmbio e outras receitas, houve um aumento de 3,5% em média entre os anos, mas não causou equilíbrio das receitas, ao total acumulado obteve-se uma queda de 13% na média entre os anos.

O Lucro desenvolveu-se diferente das receitas, obtendo um crescimento de 26% do Lucro Antes do Imposto de Renda e de 24% do Lucro Líquido, assim concluímos que houve um planejamento de despesas que a fim de suprir a diminuição das receitas.

b) Análise Vertical – Resultados e Líquidos

Nesta análise identificamos a evolução dos índices de lucro no mesmo período. Observa-se que o Lucro Líquido representa em cima do total de Receitas respectivamente entre os anos 2016, 2017 e 2018 a seguinte porcentagem, 4%, 6% e 9%, ou seja, por mais que tenha caído a receita, aumentou em termo de porcentagem o Lucro Líquido obtendo um equilíbrio de gastos.

Tabela 6: Análise do DRE sobre Despesas e Impostos

	2016	2017	2018	+/- Média %
Despesas de Juros	116.860.997	92.880.332	69.538.974	- 22%
Despesas não juros	51.340.364	47.165.917	51.653.464	0%
MÉDIA DAS DESPESAS	84.100.680	70.023.124	60.596.219	- 14%
TOTAL DESPESAS	168.201.361	140.045.249	121.192.438	- 14%
Impostos	2.230.850	3.655.158	5.328.098	+30%
ACUMULADO IMPOSTO	2.230.850	5.886.008	11.214.106	

c) Análise Horizontal – Despesas e Impostos

Observa-se uma queda considerável da Despesas de Juros, em média 22% entre os anos, entende-se que quanto menos houver financiamento ou empréstimos menos despesas com Juros irá ter, por se totalmente Identificado. Em contrapartida a Despesas com Não Juros

permanece fixa, em média a alteração foi de 0% entre os anos. Num total geral obteve-se uma queda de 14% em média durante os anos das Despesas do Banco.

Já com os impostos houve um aumento de 30% em média comparado aos anos anteriores, isso provém das Receitas Não Juros, onde houve um aumento e consequentemente o aumento de impostos.

d) Análise Vertical – Despesas e Impostos

Podemos observar que a relação entre Impostos e Despesas totais não há, pois as Despesas Juros são identificadas das receitas porém as Despesas Não Juros são praticamente fixas, sendo que o Imposto é identificado dos processos de Receitas obtidos principalmente dos Não Juros.

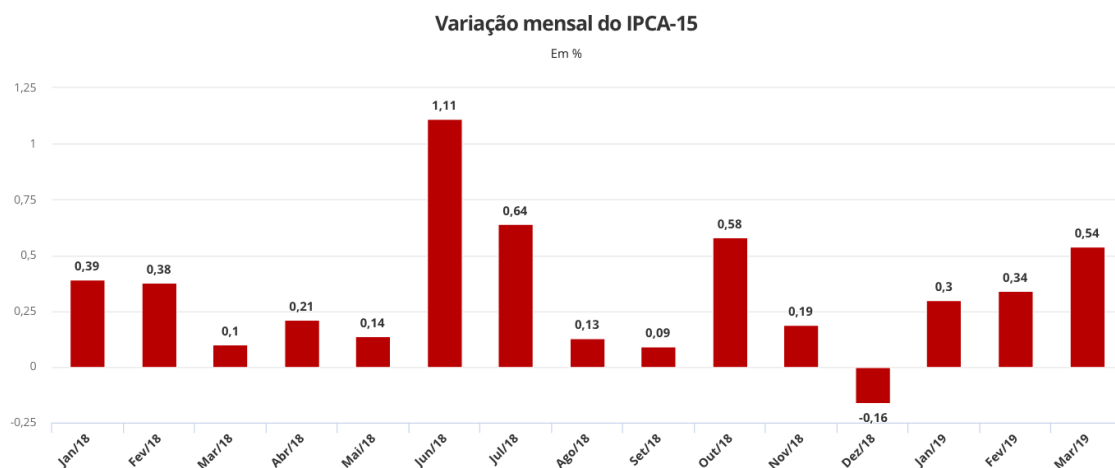
e) Análise Relação – Receitas/Líquido e Despesas/Impostos

Observa-se a relação entre as Receitas Juros com Despesas Juros, ou seja, quanto menor a Receita Juros menor será a Despesa e vice e versa, o que não ocorre com a Receita Não Juros, onde tivemos o aumento de 3,5% porém as Despesas Não Juros continuaram fixas, porém houve um aumento considerável nos Impostos, o que podemos concluir que a Receita Não Juros são tributadas diretamente nos Impostos.

A relação entre Gastos e Receita dá-se respectivamente entre os anos 2016, 2017, 2018, nas porcentagens de, 18%, 21% e 21%. Conclui-se que houve um controle de Gastos para que a margem de lucro continue a mesma para os acionistas, e a relação entre Despesas e Receitas não se alterassem durante os anos.

Assim podemos realizar uma projeção de aumento em torno de 22% em cima do Lucro Líquido se realizarmos uma contenção de Gastos de 14% em relação ao exercício de 2018 para 2019. Em um cenário mais otimista as relação podem se alterar caso houver uma Receita maior de Lucros, se tivermos um aquecimento em nossas Economia, como já menciona o IPCA de Janeiro de 2019 (Gráfico 1), haverá um aumento de financiamentos e empréstimos, por consequência o aumento nas Despesas Juros, mas trabalhando sempre na margem de contribuição 18% - 20%.

Gráfico 1: Evolução IPCA



Fonte: Portal G1 – Economia 2019

O gráfico acima poderá ser utilizado para realizar projeções pelo Banco do Brasil em seu DRE, como também a evolução da taxa SELIC, taxa de juros real aplicado pelo Banco Central. A análise superficial do gráfico acima e a projeção da SELIC em 6,5% pode prever uma alta nas Receitas Juros do Banco devido o aquecimento da Economia Interna.

3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS

O Brasil tem um complexo Sistema Tributário, havendo inúmeras normas os quais confundem as pessoas físicas e jurídicas, apesar dos esforços para a simplificação como a criação do Simples Nacional e uma nova categoria de empresa como o Micro Empreendedor Individual.

Segundo (SOUZA, 2019, p. 4) “Em virtude dessa complexidade do sistema tributário nacional, as empresas procuram definir sua estrutura organizacional em sintonia com o seu meio.”, buscando a Vantagem Competitiva e a melhor estratégia orçamentária e fiscal para a empresa.

A Gestão Estratégica de Tributos se conceitua em realizar estratégias empresarias segundo informações tributárias, seus sistemas e suas alíquotas a fim de proporcionar um melhor posicionamento no Mercado, assim complementa SOUZA,

A redução de gastos é fator importante para que uma empresa se mantenha no mercado competitivo. É sob esse contexto que se insere o planejamento tributário, pois a partir dele, as empresas buscam desenvolver suas atividades, sem que disponham de grande parte de seu patrimônio para pagar tributos e sem que deixem de cumprir com suas obrigações tributárias. (SOUZA, 2019, p. 4)

Há de se entender que o Gestão Estratégica de Tributos também influencia na como medida preventiva, uma vez que podemos realizar projeções, assim mantendo maior controle sobre as finanças da empresa.

3.2.1 LUCRO REAL

Segundo (YOUNG, 2007) As normas básicas relativas ao IRPJ - Lucro Real, estão fixadas através das Leis 8.981/95, 9.065/95, 9.249/95, 9.430/96, 9.532/97 9.718/98 e INs SRF 11/96 e 93/97, bem como o Decreto 3.000/99 (RIR/99, arts. 246 e seguintes).

O IRPJ - Lucro Real e CSLL deverão ser apurados em periodicidade trimestral ou anual. Optando pela apuração anual, o contribuinte estará obrigado ao pagamento mensal calculado em base estimada (presunção de lucro sobre a receita mensal), sendo-lhe facultada a redução ou suspensão desse através de balancete e apuração específica, em qualquer mês do ano-calendário.

Da legislação e em nosso caso analisado, o Lucro Real passa a ser Obrigatório (em destaque na legislação abaixo):

Estarão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real (anual ou trimestral) as pessoas jurídicas:

I - cuja receita total, no ano-calendário anterior, tenha excedido o limite de R\$ 78.000.000,00 ou de R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses do período, quando inferior a doze meses (Lei 10.637/02);

Considera-se receita total, o somatório:

- a) da receita bruta mensal;
- b) das demais receitas e ganhos de capital;
- c) dos ganhos líquidos obtidos em operações realizadas nos mercados de renda variável;
- d) dos rendimentos nominais produzidos por aplicações financeiras de renda fixa.

II - cujas atividades sejam de **bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;**

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

O Ato Declaratório Interpretativo SRF 05/01 estabelece que o lucro real deverá ser apurado inclusive a partir do próprio trimestre, para pessoa jurídica que vinha sendo tributada com base no lucro presumido.

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, queiram usufruir de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto de renda;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma exemplificada em texto específico neste módulo;

VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

A pessoa jurídica optante pelo REFIS poderá adotar o regime tributário do lucro presumido, exceto entidades financeiras (inciso II) e factoring (VI).

Sobre o Recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, (YOUNG, 2007) diz:

De acordo com os arts. 2º e 4º da Lei 9.430/96, a pessoa jurídica, inclusive instituições financeiras, sociedades seguradoras e assemelhadas, sujeitar-se-ão ao adicional de imposto de renda, calculado à alíquota de 10% sobre a parcela excedente a:

I - R\$ 240.000,00 do lucro real anual;

II - R\$ 20.000,00, do lucro estimado mensal;

III - R\$ 60.000,00, do lucro real trimestral.

O adicional incide, inclusive, sobre os rendimentos tributáveis de pessoa jurídica que explore atividade rural (Lei 9.249/95, art. 3º, § 3º). No caso de atividades mistas, a base de cálculo do adicional será a soma do lucro real apurado nas atividades em geral com o lucro real apurado na atividade rural.

O prazo de recolhimento do adicional do IRPJ é o mesmo da parcela normal, não havendo código específico para esse fim.

3.2.2 LUCRO PRESUMIDO

Levamos em consideração os dizeres de (OLIVEIRA, 2009), sobre o Lucro Presumido, segundo o autor, essa opção de tributação foi introduzida pelo Decreto-Lei N. 5.844/43 e era restrita às pequenas empresas, segundo Artigo 33 e Incisos 1 e 2, onde diz que é facultado às pessoas jurídicas, salvo às sociedades por ações e às por quotas de responsabilidade limitada.

Este conceito foi se modificando ao longo dos anos, excluindo as grandes empresas e o sistema financeiro e estimulando a adesão dos contribuintes menores, como também objetivando a aumentar a arrecadação, retirando da receita bruta, as receitas não operacionais e aumentando o número de alíquotas, de acordo com a atividade de cada contribuinte, sendo uma alternativa tributária ao Lucro Real.

Segundo (OLIVEIRA, 2009) atualmente o Lucro Presumido considera a receita bruta do ano-calendário anterior e permite o regime de caixa segundo artigo 13 da Lei n. 9718/98 e nova redação pelo artigo 46 da Lei n. 10637/02. Assim podem optar pela tributação pelo Lucro Presumido todas as empresas *que não estiverem obrigadas à tributação pelo Lucro Real*, o que faz parte do nosso caso estudado.

Observa-se que a base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas pelo Lucro Presumido é obtida pela multiplicação de percentuais fixados pela legislação, de acordo com a atividade de cada empresa, segundo tabela abaixo:

Tabela 7: Percentuais do IRPJ sobre o Lucro Presumido

ATIVIDADES	PERCENTUAL (%)
Revenda de combustíveis derivados de petróleo e álcool, inclusive gás	1,6
Comércio e indústria	8,0
Serviços de transporte de cargas	8,0
Sobre a receita bruta dos serviços hospitalares	8,0
Sobre a receita bruta de construção por empreitada, quando houver emprego de materiais em qualquer quantidade (Ato Declaratório Normativo COSIT n.º 06/97)	8,0
Serviços de transporte de passageiros	16,0
Prestação de serviços que dependam de habilitação profissional (S/C 2.397)	32,0
Intermediação de negócios	32,0
Administração, locação ou cessão de bens imóveis e móveis	32,0
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra (Ato Declaratório Normativo COSIT n.º 06/97)	32,0
Prestação de serviços de suprimento de água tratada e coleta de esgoto e exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio (Ato Declaratório COSIT n.º 16/2000)	32,0

FONTE: (OLIVEIRA, 2009, p. 63)

3.2.3 SIMPLES NACIONAL

Segundo (OLIVEIRA, 2009), com a Implantação do SIMPLES FEDERAL (antigo SIMPLES NACIONAL), em 1996, o Lucro Presumido ficou equivocadamente assimilado como uma etapa tributária intermediária entre as pequenas e grandes empresas.

Segundo (ALBERTI, 2013), surgiu um novo regime de tributação segundo a implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Simples Nacional, é uma nova forma de recolhimento de tributos unificado, com o pagamento do ICMS e ISSQN embutidos em uma só alíquota, inclusive o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, juntamente com todos os outros impostos do Antigo Simples Federal.

Foram criadas cinco anexos de tributação, que variam de acordo com a atividade que a empresa exerce, ficando o limite de faturamento anual em R\$ 3.600.000,00. Veja abaixo quais são os Anexos:

Tabela 8: ANEXO I do Simples Nacional

Participantes: empresas de comércio (lojas em geral)

Receita Bruta Total em 12 meses	Alíquota	Quanto descontar do valor recolhido
Até R\$ 180.000,00	4%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	7,3%	R\$ 5.940,00
De 360.000,01 a 720.000,00	9,5%	R\$ 13.860,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,7%	R\$ 22.500,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,3%	R\$ 87.300,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19%	R\$ 378.000,00

FONTE: (CONTÁBEIS, 2018)

Tabela 9: Anexo II do Simples Nacional

Participantes: fábricas/indústrias e empresas industriais

Receita Bruta Total em 12 meses	Alíquota	Quanto descontar do valor recolhido
Até R\$ 180.000,00	4,5%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	7,8%	R\$ 5.940,00
De 360.000,01 a 720.000,00	10%	R\$ 13.860,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,2%	R\$ 22.500,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,7%	R\$ 85.500,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30%	R\$ 720.000,00

FONTE: (CONTÁBEIS, 2018)

TABELA 10: Anexo III do Simples Nacional

Participantes: empresas que oferecem serviços de instalação, de reparos e de manutenção. Consideram-se neste anexo ainda agências de viagens, escritórios de **contabilidade**, academias, laboratórios, empresas de medicina e odontologia (a lista do Anexo III vai estar no § 5º-B, § 5º-D e § 5º-F do artigo 18 da Lei Complementar 123)

Receita Bruta Total em 12 meses	Alíquota	Quanto descontar do valor recolhido
Até R\$ 180.000,00	6%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	11,2%	R\$ 9.360,00
De 360.000,01 a 720.000,00	13,5%	R\$ 17.640,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	16%	R\$ 35.640,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21%	R\$ 125.640,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33%	R\$ 648.000,00

FONTE: (CONTÁBEIS, 2018)

TABELA 11: Anexo IV do Simples Nacional

Participantes: empresas que fornecem serviço de limpeza, vigilância, obras, construção de imóveis, serviços advocatícios (a lista do Anexo IV vai estar no § 5º-C do artigo 18 da Lei Complementar 123)

Receita Bruta Total em 12 meses	Alíquota	Quanto descontar do valor recolhido
Até R\$ 180.000,00	4,5%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	9%	R\$ 8.100,00
De 360.000,01 a 720.000,00	10,2%	R\$ 12.420,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	14%	R\$ 39.780,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22%	R\$ 183.780,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33%	R\$ 828.000,00

FONTE: (CONTÁBEIS, 2018)

TABELA 12: Anexo V do Simples Nacional

Participantes: empresas que fornecem serviço de auditoria, jornalismo, tecnologia, publicidade, engenharia, entre outros (a lista do Anexo IV vai estar no § 5º-I do artigo 18 da Lei Complementar 123)

Receita Bruta Total em 12 meses	Alíquota	Quanto descontar do valor recolhido
Até R\$ 180.000,00	15,5%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	18%	R\$ 4.500,00
De 360.000,01 a 720.000,00	19,5%	R\$ 9.900,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,5%	R\$ 17.100,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23%	R\$ 62.100,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	R\$ 540.000,00

FONTE: (CONTÁBEIS, 2018)

4. CONCLUSÃO

Conclui-se neste trabalho que a empresa analisada, Banco do Brasil, possui uma sólida Gestão de Orçamentos (que é peça fundamental dentro do modelo de gestão adotado) e seu controle, com Regime tributário por Lucro Real, antevendo situações e equilibrando suas contas sempre obtendo uma margem de lucro estável e constante. Há de mencionar que os dados colhidos foram do próprio sitio do Banco do Brasil, por ser uma empresa de Sociedade Aberta, por lei obriga-se a abertura das Demonstrações Contábeis.

Utiliza-se o Lucro Real pois obriga-se segundo Artigo 14 Inciso II da medida provisória no 1.724, de 29 de outubro de 1998.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Xerxes, r. Comparativo Tributário: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. 2013. Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/109/pdf>> Acesso em: 10 de Abril de 2019.

BANCO DO BRASIL. Nossa História. Apresentação Institucional. 2019. Disponível em:<<https://ri.bb.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>> Acesso em: 22 de Março de 2019.

BANCO DO BRASIL S/A Análise de desempenho 3T18 Disponível em <<https://www.bb.com.br/docs/porta/uri/3T18AnaliseDesempXG.pdf>> Acesso em: 11 de abril 2019

CONTÁBEIS. Portal R7.com. Simples Nacional 2018, Confira as novas tabelas. Disponível em: < <https://www.contabeis.com.br/noticias/36332/simples-nacional-2018-confira-as-novas-tabelas-e-limites/>> Acesso em: 10 de Abril de 2019.

FREITAS, Cristiano. Sociedade Anônima: quais os principais impactos ao se tornar uma S/A. Por Syhus Contabilidade. 2016. Disponível em: < <https://syhus.com.br/2016/12/08/vantagens-sociedade-anonima/>> Acesso em: 22 de Março de 2019.

FREZATTI, F. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IBOVESPA. BCO BRASIL S.A. 2019. Disponível em:<<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=1023&idioma=pt-br>> Acesso em: 22 de Março de 2019.

OLIVEIRA, Maurício Teixeira de. A importância da contabilidade no processo de decisão entre lucro real e lucro presumido. Catálogo da USP. 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06052009-124850/publico/Mauricio_Mestrado.pdf> Acesso em: 10 de Abril de 2019.

PORTAL G1 – ECONOMIA. Globo.com. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/26/previa-da-inflacao-fica-em-054percent-em-marco.ghtml>> Acesso em: 26 de Março de 2019.

SOUZA, EMILY DI G. Os limites legais do planejamento tributário no ordenamento jurídico brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso. 2019. UCSAL - Universidade Católica de Salvador. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/691>> Acesso em: 29 de Março de 2019.

SOUSA JUNIOR, Walter Alves de. Orçamento empresarial 1. Contabilidade. 2. Orçamento - Empresas. I. Título Porto Alegre: SAGAH, 2016 ISBN 978-85-69726-10-4

BANCO DO BRASIL S/A < https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/1023/IPE/2019/38901abf-6a69-4768-8fa7-27b91a735c54/20190214090357843677_665307.pdf > Acesso em: 10 de abril de 2019

SOUSA JÚNIOR, WALTER ALVES DE. Orçamento empresarial / Walter Alves de Sousa Júnior; coordenação: Pablo Rojas. – Porto Alegre : SAGAH, 2016 ISBN 978-85-69726-10-4

YOUNG, L. H. B. Lucro Real. 2007. Disponível em:<http://nasantunes.com.br/documentos/Lucro_Real.doc > Acesso em: 10 de Abril de 2019.